
A BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA INCLUSÃO: COMO OFERECER E VIVENCIAR EXPERIÊNCIAS INCLUSIVAS NESSE AMBIENTE

Danielle da Silva Pinheiro Wellichan
Mestre em Ciência da Informação
Doutoranda em Educação – UNESP/Marília
dany_unesp@yahoo.com.br

Carla Cristine Tescaro Santos Lino
Mestra em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias.
Aluna especial de Doutorado em Educação – UNESP/Marília
dany_unesp@yahoo.com.br

Resumo

Questões sobre os direitos da pessoa com deficiência são discutidas na educação há tempos, porém, a importância das bibliotecas escolares no âmbito da inclusão ainda tem sido pouco abordada, além da atuação do bibliotecário com um trabalho colaborativo junto aos professores de salas regulares “inclusivas”. Nesse contexto, serviços adaptados e organizados adequadamente em uma biblioteca escolar podem proporcionar um ambiente de lazer, convívio e aquisição de conhecimentos diversos desde que haja olhares inclusivos e políticas públicas direcionadas a ela. O artigo trata da inclusão de alunos do ensino regular usuários de bibliotecas escolares e, para isso, foram abordados aspectos teóricos sobre essa realidade, para contribuir com a inclusão efetiva desses alunos no ambiente informacional. Apresentam-se ao final, propostas inclusivas a serem desenvolvidas e espera-se contribuir para a compreensão em relação à importância da formação do bibliotecário de bibliotecas escolares ou de qualquer outro ambiente informacional que intervenha com pessoas com deficiência. Almeja-se provocar o interesse de profissionais pesquisadores atuantes no mercado de trabalho sobre o assunto para que produzam informações relevantes à sua comunidade, a fim de que novos estudos proporcionem ofertas de outras experiências na educação especial e ideias de adaptações para o bom uso de recursos humanos, pedagógicos e tecnológicos. Espera-se que pesquisas e adaptações possam ser oferecidas a pessoas com deficiências em todo tipo de biblioteca, e que sejam contempladas no currículo educacional de cada instituição escolar evidenciando um trabalho colaborativo entre o bibliotecário e usuários com ou sem deficiência em todo o espaço da biblioteca.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Inclusão. Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primeiros anos de vida, apresentar às crianças a importância do respeito com a diversidade, seja ela social, cultural, racial ou de gênero, torna-se essencial para a construção de valores importantes e tão necessários à convivência na sociedade atual, bem como a empatia (e sem ela, a intolerância, a violência e o *bullying*, nos impede de olhar para o outro. Nesse sentido, a literatura é uma ferramenta valiosa, pois por meio dela cenários e situações podem ser conhecidos ao se compreender que não existe uma verdade

absoluta, que o ponto de vista de cada um está envolvido em uma determinada interação e determinadas vivências podem gerar reflexão de forma lúdica e conscientizadora.

O Brasil atingiu o 51º lugar em uma pesquisa realizada nos Estados Unidos pela Universidade Estadual de Michigan, que objetivou a tentativa de se medir a compaixão e a empatia em situações hipotéticas. Esse número surgiu das respostas de 104 mil pessoas de 61 países que responderam a um questionário, tornando-se um assunto preocupante aos brasileiros com o árduo trabalho de encontrar estratégias para um bom

atendimento e tratamento em espaços de livre acesso, como a biblioteca (CONTAIFER; RUSKY, 2017).

A empatia pode ser “aprendida” e “treinada” como uma habilidade importante para poder se colocar no lugar do outro e se ter uma boa convivência social, o que também interfere no sucesso pessoal e profissional (KRZYNARIC, 2015). Diante disso, a neurociência explica que o cérebro humano espelha movimentos e emoções registradas da observação do outro, ativando a mesma emoção em si, com os chamados neurônios espelhos (HOGEVEEN; INZLICHT; OBHI, 2014). E se a empatia pode ser “aprendida” ou “treinada”, porque não a trabalhar na escola? Em família? Ou no convívio social?

Por meio da literatura a empatia tem sido apresentada para crianças desde pequenas com histórias que buscam despertar esse sentimento que o mercado editorial tem buscado a fim de contribuir para o movimento da inclusão e da mudança cultural, e para isso, oferecem títulos e coleções que apresentam em suas histórias, personagens com deficiência, vivenciando situações do dia a dia, aventuras ou servindo de exemplos de determinação e superação, permitindo que a empatia seja despertada também por meio da leitura e da imaginação.

E se de alguma forma, os personagens da literatura, geram expectativas no leitor, por permitirem que vençam barreiras de preconceito e estereótipo, também alteram seus comportamentos sociais, por ensinarem a compreender as diferenças existentes no outro, e que cada pessoa apresenta a sua subjetividade.

Partindo do exposto, na educação básica inicia a preocupação por respeitar e criar condições para a inclusão de pessoas com deficiência, conforme Carvalho (2016, p. 24) aponta

A escola inclusiva não se pode contentar em dar assistência aos alunos com necessidades educativas especiais, pois, assiste-lhe o direito fundamental de otimizar e maximizar o seu potencial habilitativo e cognitivo. Se a educação e a escola falharem nesta cruzada social, cada vez mais serão colocados à parte os alunos com necessidades educativas especiais, impedindo-os de contribuírem, ativa e produtivamente, para a vida da comunidade onde se encontram inseridos.

Assim, não é só na convivência e no processo de ensino aprendido como também nos momentos de cultura e busca pelo conhecimento literário, por exemplo, que a inclusão precisa acontecer. Na biblioteca escolar (BE), a hora do conto, por exemplo, pode ser um bom momento para trabalhar tais questões e continuar (ou começar) o processo por cidadãos mais “humanos” frente à diversidade.

Nessa perspectiva, buscou-se relacionar o livro, a deficiência e a BE num ensaio teórico cujo objetivo é discutir como essa tríade pode favorecer à discussão sobre a inclusão desde a educação básica, e por meio de levantamento bibliográfico dessa relação, demonstrar como o ambiente pode (e deve) propiciar conhecimento e cidadania.

2 O LIVRO, A DEFICIÊNCIA E A BIBLIOTECA ESCOLAR

Há muito tempo o livro tem sido um grande suporte informacional para a humanidade. Independente de questões sobre seu futuro, o poder dele é inquestionável, seja em formato impresso, eletrônico, ou em mídias audiovisuais, sua presença é marcante e necessária para a educação de forma geral.

Por meio da leitura, as crianças podem explorar caminhos, conhecer lugares e realidades nem sempre vivenciadas, além de descobrir e se identificar com as histórias contadas. Em uma leitura solitária, coletiva ou numa hora do conto, o poder e a influência da literatura se torna uma rica experiência para crianças, jovens e adultos. Particularmente com as crianças em idade escolar básica (educação infantil e ensino fundamental) atividades lúdicas podem ser aliadas nesse processo de ensino-aprendizagem, pois podem abordar, de formas variadas, questões como a inclusão e a vivência dessa parcela da população na sociedade atual.

Apesar da Lei nº 12244 de 2010, que institui a obrigatoriedade das bibliotecas escolares em instituições de ensino público e privado ter sido aprovada, a relação entre biblioteca e escola ainda é marcada por um distanciamento entre as partes. A falta de ações que demonstrem essa institucionalização associada à precariedade na estrutura física, recursos informacionais e humanos, apresentam obstáculos na parceria entre sala de aula e biblioteca, e são algumas

das variáveis que podem explicar essa ausência na realidade escolar.

Seja como extensão da sala de aula, ou diante do importante papel na formação dos leitores, é função da BE contribuir para formar cidadãos conscientes e capazes de refletir criticamente diante de sua realidade e para isso, toda leitura independente do gênero textual e do suporte adotado, torna-se um importante estímulo para a formação e o incentivo à leitura, e sobre isso, há inúmeros benefícios que a literatura a respeito do tema apresenta. “Formar um leitor enquanto criança é contribuir para um adulto leitor, com facilidade para escrever e se comunicar em todos os segmentos de sua vida, e, tanto o professor quanto o bibliotecário podem contribuir para os benefícios que trazem esse processo (WELlichan; FALEIRO, 2017, não paginado)”. E para as instituições de ensino que possuem bibliotecas, datas comemorativas como o dia nacional ou internacional do livro e a semana da biblioteca, se tornam grandes oportunidades para um trabalho mais elaborado por temáticas, ou divulgação de autores e obras entre outras atividades pedagógicas dependendo da criatividade e objetivos de cada profissional (WELlichan, 2017).

O dia internacional do livro, por exemplo, é comemorado no dia dois de abril devido ao aniversário de Hans Christian Andersen, escritor dinamarquês que, embora não tenha sido o primeiro a escrever para o público infantil, é considerado como o primeiro autor a adaptar fábulas de forma mais adequada para as crianças. Foi ele quem, por meio de histórias, abordava a questão da moral e valores, que até então não tinham sido exploradas por Charles Perrault e pelos Irmãos Grimm. No cenário brasileiro, o dia do livro é comemorado em dezoito de abril, data comemorativa em homenagem ao escritor Monteiro Lobato, que não só produziu grandes clássicos como *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, entre outras obras, mas também, foi responsável por adaptações e traduções como *Alice no País das Maravilhas* de Lewis Carroll e *Robin Hood*, recontado por vários escritores ao redor do mundo (PEREZ, 2018).

Enquanto usuário de biblioteca, a criança ou adolescente com deficiência ainda é pouco contemplado pelos serviços, acervo e ambiente de forma geral, principalmente

quando o assunto se refere aos serviços, uma vez que produtos mais comumente encontrados nesses ambientes estão relacionados à tecnologia assistiva (TA) que, na atualidade, faz parte de grande número de bibliotecas no país. Porém, conforme citado por Wellichan e Manzini (2018, no prelo)

Com recursos diversificados, é cada vez mais comum encontrar tais tecnologias no ambiente informacional, porém, para que a inclusão de pessoas com deficiência de fato aconteça nesse ambiente, é preciso que o bibliotecário esteja capacitado para utilizá-la e que serviços especializados sejam elaborados e disponibilizados para tais usuários. A prática bibliotecária tem sido favorecida com a tecnologia assistiva e desafiada também, pois evidencia que apenas a presença delas não garante a inclusão. São os serviços e materiais especializados que atraem e podem proporcionar ao usuário especial¹ o sentimento de pertencimento ao ambiente.

De acordo com dados do censo escolar (INEP, 2016) 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de 31%. Assim, a escola e a BE precisam estar preparadas para atuar satisfatoriamente para atender esse percentual com responsabilidade para oferecer qualidade e equidade em seu ambiente de conhecimento e convivência.

No Brasil, embora existam inúmeras políticas, leis, decretos e instrumentos legais que defendam os direitos à educação das pessoas com deficiência, como a Constituição Federal (de 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA de 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 1996), a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (decreto n. 3.298 de 1999), Plano Nacional de Educação (2001), Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência (2001), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), Estatuto da Pessoa com Deficiência

¹ Atribuiu-se o termo de usuário especial neste artigo para todo indivíduo que possuir deficiência permanente ou adquirida, independente de qual seja.

Lei 13146/2015, a inclusão de crianças com deficiência continua sendo um assunto em pauta para discussões em reuniões pedagógicas como um conflito institucional pouco aceito para as escolas (ALVES; FACHIM; HILLESHEIM, 2006).

Sendo a inclusão um processo contínuo de desenvolvimento da aprendizagem e da participação, enfrenta, por vezes, obstáculos à sua consolidação. Uma Biblioteca Escolar cuja localização não permite o acesso aos indivíduos com mobilidade reduzida e o horário não responde às necessidades da diversidade dos utilizadores, apresenta obstáculos à inclusão, do ponto de vista do acesso; se o espaço da Biblioteca não é considerado acolhedor, o mobiliário e o equipamento não de adequam e a política documental não contempla as origens, os interesses e as necessidades educativas da população escolar, apresenta barreiras à participação e à aprendizagem de todos os alunos; quando a articulação entre a equipa da BE e os outros agentes educativos não se verifica ou é ineficaz, está –se perante indicadores que não favorecem o desenvolvimento de práticas inclusivas e não contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino - aprendizagem e das competências no âmbito das diferentes literacias (PIRES, 2013, p.69)

Questões como falta de formação profissional, problemas de infraestrutura, mobiliário e equipamentos adaptados, dificuldades para a formação em serviço, são argumentos bem comuns utilizados para tentar justificar toda a dificuldade em receber e manter um aluno com deficiência em sala de aula. Na BE, a dificuldade está além dessas questões, pois, nem sempre ela existe no cenário escolar e, quando existe, raramente dispõe de materiais e espaço adequados e/ou adaptados e profissional qualificado, e aqui nos referimos ao bibliotecário, que não raramente apresenta, sua função desconsiderada como profissional responsável pelo local, supervisor do ambiente ou das atividades ali desenvolvidas (salvo poucas exceções), embora previsto no artigo 2º da Lei 4.084 de 30 de junho de 1962 conforme o texto a seguir:

O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido: a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por

Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas (BRASIL, 1962).

Mas, independentemente das variáveis acima, a educação é um direito de todos, e por isso, é preciso pensar e trabalhar pelas crianças com deficiência no ambiente escolar e para isso, um trabalho colaborativo aliado a atividades temáticas pode ser proposto e desenvolvido por profissionais escolares que buscam praticar de fato, a inclusão, conforme Machado e Almeida (2010, p.345) explicam

[...] o poder das equipes colaborativas encontra-se na capacidade para fundir habilidades únicas de educadores, para promover sentimentos de interdependência positiva, desenvolver habilidades criativas sobre resolução de problemas, promover apoio mútuo e compartilhar responsabilidades. Dessa forma, o trabalho colaborativo pode diminuir distinções de papéis existentes entre os profissionais envolvidos, a fim de que cada um possa fazer o melhor uso possível de seus saberes. Onde o desafio reside somente definir um bom funcionamento da equipe, e melhor utilizar todos os conhecimentos existentes.

Sobre esse trabalho colaborativo, Pires (2013) identificou em seu estudo, a contribuição da BE para a consolidação de escolas inclusivas na medida em que as condições de acesso associadas a recursos e atividades específicas podem facilitar a participação dos alunos com deficiência, por meio de práticas colaborativas integradoras de diferentes agentes educativos (como o professor e o bibliotecário, por exemplo). E embora reconheça-se que a BE pode desempenhar grande importância no que diz respeito a aquisição de competências ao currículo, ao reforço da autonomia e do sentido da responsabilidade (PIRES, 2013), Portugal compartilha com o Brasil da limitação de estudos sobre a importância da biblioteca escolar diante de crianças com deficiências.

Nas bibliotecas de forma geral, esse tipo de usuário (criança ou adolescente com deficiência) é pouco estudado pela área da Biblioteconomia na Ciência da Informação, conforme Coneglian e Casarin (2014) que

relatam em um estudo sobre o tema realizado na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI): foram encontrados apenas 36 estudos sobre usuários com deficiência e somente um de usuário surdo ou com deficiência auditiva.

Conforme citado por Silva (2009), biblioteca e escola ainda não firmaram uma relação efetiva de convivência no cenário brasileiro, pois, embora precariamente existam as bibliotecas nas escolas, “[...] os alunos têm pouco acesso a ela, seu acervo raramente é explorado e o que se aprende não está integrado aos títulos que a compõem (SILVA, 2009, p.115).”

Com acervo basicamente formado por obras de referências (enciclopédias, dicionários, almanaques e outras fontes), livros didáticos e paradidáticos (adotados de acordo com o currículo escolar), livros de literatura (autores clássicos e modernos, geralmente recomendados por professores e solicitados em processos vestibulares), periódicos (jornais e revistas de circulação nacional), folhetos informativos e multimeios (fitas de vídeo, CDs ou DVDs) conforme Peres e Silveira (1998) descreveram, são adquiridos por meio de compra, doação ou permuta, porém, nem sempre é possível encontrar materiais específicos para atender as necessidades de um aluno deficiente, ou que informe sobre a questão da deficiência. E a partir do momento em que não se encontra material para leitura ou para discussão da questão no ambiente, questiona-se: o que há na biblioteca para o aluno com deficiência? Como ele pode ser atendido e compreendido se não há material sobre ele (ou para ele) ali? Só a presença da tecnologia assistiva é suficiente? É possível propor atividades inclusivas ou de conscientização se nem no acervo ele pode ser encontrado? O que a biblioteca tem a oferecer para sua comunidade local sobre esse tipo de aluno ou usuário?

Mesmo sob suas diferentes classificações (escolar, pública, universitária, especializada, jurídica, prisional ou comunitária) a biblioteca em si não pode estar envolvida em um cenário segregacionista, pois contempla em sua base teórica as cinco leis de Ranganathan que defende desde muito tempo princípios amplos e que podem ser aplicados em diversas atividades e situações no ambiente informacional (RIZZI, 2016).

Segundo as leis: “Os livros são para usar; a cada leitor o seu livro: a cada livro o seu leitor; poupe o tempo do leitor e, a biblioteca é um organismo em crescimento” (RIZZI, 2016, p.34) e diante delas, acredita-se que o acervo da biblioteca precisa incluir diferentes tipos e suportes para a leitura de diferentes usuários de forma que seu crescimento enquanto espaço do conhecimento proporcione o desenvolvimento de seu público também. Assim, questiona-se: se os livros são para serem usados e se para cada leitor há um livro, o que pode ser utilizado em favor da inclusão de crianças com deficiência na biblioteca de uma escola?

Em uma BE, o acesso às coleções e aos serviços devem estar pautados aos preceitos da Declaração Universal de Direitos e Liberdade do Homem, das Nações Unidas, sem censura seja ela de caráter ideológico, político, religioso ou pressões comerciais (IFLA; UNESCO, 1999). Dessa forma, o desenvolvimento de coleções de uma biblioteca em ambiente escolar é caracterizado segundo Vergueiro (1989) e Evans (2000) como um processo cíclico formado pelo estudo de comunidade (levantamento de perfil), políticas de seleção, seleção (propriamente dita), aquisição, desbastamento e avaliação e deve estar integrado ao processo educacional da escola. Segundo Silveira, Fioravante e Vitorino (2009, p.100) “[...] a adequação do acervo ao público deve ser uma premissa nas bibliotecas escolares, pois os usuários estão a todo o momento construindo seus conceitos, seus valores e seu conhecimento”.

O desenvolvimento de coleções de uma BE é um processo de extrema importância, pois precisa atender não só as necessidades curriculares como também as culturais de forma geral, ou seja, não pode ser constituído apenas de livros ou materiais técnicos, é preciso contemplar aspectos culturais para a descoberta e formação do indivíduo em sociedade. E para trabalhar a questão da deficiência, além da variedade de temas dentro da temática, há livros em diferentes formatos e suportes que podem fazer parte do acervo, como os livros sensoriais - tradicionalmente confeccionados em pano ou feltro e também conhecido como *QuietBook*, que apresenta atividades ou histórias que estimulam sensações, raciocínio, memória, atenção e coordenação das crianças,

contribuindo para o desenvolvimento cognitivo.

Outro tipo de livro que pode ser bem utilizado nas atividades de hora do conto, e que são encontrados na BE, são os livros falados ou audiolivros (*audiobook*) que apresentam uma gravação de forma pausada com interpretação de uma obra literária. Possui efeitos sonoros e músicas que ajudam a estimular a imaginação da história, utilizado por pessoas com deficiência visual ou com dificuldades de leitura, sendo uma alternativa para crianças e adolescentes com a dislexia, por exemplo, autismo e outras deficiências, dependendo do grau de comprometimento de cada um.

Apesar de já existirem vários audiolivros à disposição de pessoas com deficiência visual, ainda se espera investimentos para o acesso à informação e a outros meios tecnológicos na BE e em geral, como visto no estudo de Sá (2006, p. 16-17)

Para estas pessoas, a acessibilidade poderia ser viabilizada por meio de investimentos e ações tais como: ampliação e otimização das bibliotecas e serviços especializados existentes; incentivos e subsídios financeiros que possibilitem o acesso às tecnologias disponíveis no mercado; provisão de equipamentos e de programas com interfaces específicas como ampliadores de tela; sintetizadores de voz, impressoras e conversores Braille, dentre outras possibilidades, em escolas, bibliotecas e demais espaços educativos; atualização do acervo bibliográfico das universidades, produção de livros em disquetes ou CD-ROM, maior circulação de livros digitalizados em formato alternativo; estabelecimento de normas e regras de acessibilidade para a criação e manutenção de sites que possibilitem a navegação, utilização de serviços, acesso às informações e às interfaces gráficas na internet; produção simultânea, por parte das editoras, de formatos alternativos às edições em papel; criação de bibliotecas virtuais com acervo diversificado e acessível aos leitores com necessidades especiais e conversão de jornais, revistas e livros em vários idiomas para edição sonora ou eletrônica.

Livros impressos em Braille ou com fonte ampliada também são alternativas para o acesso a leitura das pessoas com deficiência visual ou baixa visão. Eles apresentam assuntos variados e visam atender escolas e

projetos especiais de inclusão educacional e cultural. Instituições como a Fundação *Dorina Nowill* e o Instituto *Benjamin Constant* são grandes distribuidores desses livros para escolas e centros especializados.

Outro formato bem diferente que atrai crianças e adultos devido à sua estrutura são os livros em relevo, *pop up* ou ainda em diferentes dimensões, numa visão quase tridimensional. Nesse formato, as folhas são de um papel propício para dobradora e se transformam em figuras e cenários que enfeitam e alimentam a imaginação das histórias narradas. Além desses formatos estão os livros musicais, que como o próprio nome diz, apresentam falas, músicas, ou sons de natureza, personagens ou bichos que auxiliam na história contada. E com o advento das tecnologias, livros interativos também surgiram trazendo mais uma opção para os novos leitores, inclusive em aplicativos de dispositivos móveis.

Por meio de atividades e materiais lúdicos, o espaço da biblioteca deve ser aproveitado para a cidadania, a ética e a saúde mental de crianças e adolescentes, além do apoio pedagógico, democratização do acesso à informação e da formação do pensamento crítico e compreensivo da realidade, diante de transformações sociais (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014).

Para Coneglian e Silva (2006, p. 7) pensar em uma biblioteca inclusiva é compreender que

[...] não é aquela biblioteca específica, por exemplo, para deficientes visuais com todo o acervo disponível em Braille, mas sim aquela que atende toda demanda da população de maneira igualitária, onde seus usuários possam acessar e utilizar os serviços e acervos, conforme suas especificidades.

Dessa forma, conhecer a necessidade de estratégias que a BE pode utilizar para fomentar a inclusão em sua comunidade é o marco inicial para o profissional que deseja oferecer um ambiente para todos. E sobre esse ambiente inclusivo, Pires (2013) aponta estudos que registram a limitação e a atuação da BE diante da falta de recursos para os alunos com deficiência, resultado de uma aquisição de materiais que não respondem às necessidades desses alunos. Além disso, a falta de trabalho colaborativo de professores,

bibliotecários (quando existentes no ambiente escolar) ou designados como responsáveis pela biblioteca e professores da educação especial também contribuem com o ambiente não inclusivo.

A minimização das barreiras no ambiente escolar exige mudanças gerais, que vão desde

as formas de comunicação, recursos, atividades, adaptações ou reformas estruturais até a conscientização sobre as atitudes que podem causar desconforto e exclusão. Nessa perspectiva, Pires (2013, p.68) estabelece indicadores e fatores críticos que podem contribuir com bibliotecas mais acessíveis:

Quadro 1 - Fatores facilitadores do desenvolvimento de Bibliotecas Escolares Inclusivas

Indicadores	Fatores críticos de sucesso
Do ponto de vista do acesso	<ul style="list-style-type: none"> - Localização da BE acessível a todos os utilizadores, eliminando eventuais barreiras arquitetônicas. - Espaço acolhedor, com mobiliário e equipamento específicos, organizado de acordo com as orientações da Rede de Bibliotecas Escolares. - Horário da BE de acordo com as necessidades dos utilizadores.
Do ponto de vista dos recursos documentais e equipamentos tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de uma política documental adequada ao contexto e à população escolar. - Existência de recursos documentais, em vários suportes, adequado às necessidades de alunos e professores e capazes de contribuir para o desenvolvimento de práticas inclusivas. - Existência de equipamentos tecnológicos atualizados e em número suficiente.
Do ponto de vista da organização e gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe de responsáveis da BE com formação adequada para apoiar os utilizadores, no acesso à informação. - Existências de formas de comunicação dos recursos e atividades da BE à comunidade educativa. - Concepção de um Plano de Atividades orientadas para a diversidade sociocultural dos alunos, promovendo a participação de todos.
Do ponto de vista da articulação curricular	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperação e articulação entre os diferentes agentes educativos na planificação de atividades e na definição de uma política documental adequada e equilibrada, que promova a participação de todos.
Do ponto de vista do apoio ao desenvolvimento curricular	<ul style="list-style-type: none"> - A BE apoia o processo de ensino e aprendizagem, em contexto de sala de aula ou na Biblioteca, contribuindo para o acesso de todos os alunos ao currículo. - A BE contribui para o desenvolvimento das diferentes literacias.
Do ponto de vista da integração na comunidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Órgão de gestão que valoriza e motiva para o uso da BE. - A BE está contemplada no Projeto Educativo e demais documentos orientadores da ação educativa. - A BE contribui para a formação dos elementos da comunidade educativa para o uso e exploração dos recursos da biblioteca. - A BE fomenta a participação da comunidade educativa em atividades e projetos de enriquecimento e complemento curricular, de apoio educativo e de ocupação de tempos livres.

Fonte: Pires (2013, p.68)

Em termos teóricos, os aspectos como o acesso, recursos documentais e tecnológicos, gestão, articulação e desenvolvimento curricular e integração na comunidade escolar são abordados e apontados como necessários à inclusão, porém, na prática, a inclusão ainda não é vista, nem é tratada como esperado devido aos mesmos argumentos citados por Pires (2013), na figura acima. O distanciamento sobre o que é estudado, recomendado e praticado no cotidiano ocorre devido à falta de prática desses aspectos citados e de uma postura profissional mais atuante e estratégica frente às questões do usuário especial não só na BE como em todas as outras.

Sobre a acessibilidade e essa postura mais dinâmica exigida dos profissionais, Roma e Cavalcante (2018) apresentaram a análise de dez colégios estaduais na cidade de Londrina (PR) que possuem BE e por meio de um formulário de observação, apontaram a falta de capacitação de profissionais desses ambientes ao que se refere ao aluno com deficiência física, atendendo de forma parcial cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Porém, o aluno com surdez ou deficiência auditiva, cego ou com limitação visual, intelectual ou múltipla, também compartilha dessa realidade, pois a acessibilidade, na maioria das vezes, refere-se à questão física e, conforme Manzini (2014, p.20) argumenta, “[...] as condições de acessibilidade devem estar fora da pessoa ou do usuário [...] fazem parte dos espaços; mobiliários; equipamentos urbanos; edificações e dispositivos de comunicação e informação”.

A carência de profissionais bibliotecários de formação (com ensino superior) e a falta de conhecimento sobre as leis de acessibilidade também foram apontadas no estudo de Roma e Cavalcante (2018) o que demonstra fragilidades que precisam ser superadas no contexto da BE.

A BE e bibliotecário devem ser contemplados no Projeto Político Pedagógico da escola a fim de que se possa garantir responsabilidade social em um contexto pedagógico escolar, e espaços abertos a toda comunidade, porém, vê-se funcionários afastados de suas funções de professor (ou outro profissional pertencente ao quadro administrativo da escola) atuando nessas bibliotecas, permitindo um não

aproveitamento adequado das mesmas, diante das características e necessidades dos alunos.

Diante de um dos discursos proferidos na Conferência Mundial da Educação Especial (1994, p. 1)

[...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional [...]

Nesse contexto, algumas propostas inclusivas para BE foram estudadas e estão descritas a seguir, no intuito de compartilhar experiências específicas e despertar novas ideias para a prática bibliotecária diante da inclusão.

3 PROPOSTAS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES INCLUSIVAS

A quinta lei de Ranganathan descreve que “a biblioteca é um organismo vivo” e dentro dessa perspectiva, acreditar em seu poder transformador dentro de uma realidade escolar é o que deve guiar os trabalhos nesse ambiente de conhecimento. Pelas mãos do bibliotecário ou do professor bibliotecário (comumente encontrado na atualidade da BE) estratégias devem ser planejadas e colocadas em prática associadas ao trabalho colaborativo com o corpo docente da escola para a inclusão acontecer.

A organização de um currículo mais flexível e voltado para projetos pode contribuir com oportunidades inclusivas em uma BE, mas para que isso possa acontecer é preciso que o bibliotecário esteja ciente do projeto político pedagógico institucional a ponto de propor extensões possíveis dentro de seu ambiente. A participação do bibliotecário nas reuniões pedagógicas também oportuniza que atividades sejam trabalhadas e organizadas em conjunto integrando professor-biblioteca-bibliotecário. Além disso, associar as propostas a seguir às ações já em funcionamento na BE como a hora do conto, o auxílio em pesquisas, atividades teatrais, artísticas e musicais, entre outras é o que se busca neste artigo, propor, adaptar e

despertar novas oportunidades de inclusão no ambiente informacional escolar.

Diante dessas propostas, buscar parcerias com instituições especializadas sobre a deficiência para a realização de cadastros das bibliotecas é essencial, pois além de manter informações atualizadas sobre essa demanda de usuário podem fornecer materiais especializados para compor o acervo local. E na ausência de materiais específicos, a construção deles em oficinas ou em trabalhos colaborativos com pais e professores ou pelos próprios alunos, também se torna uma opção. Quanto ao atendimento, a BE inclusiva aborda os fatores sociais, econômicos, culturais e tecnológicos com papel social importante para atender a todos sem distinção de raça, cor, gênero, nível social, limitações ou quaisquer que sejam as deficiências, conforme já citado ao longo deste texto.

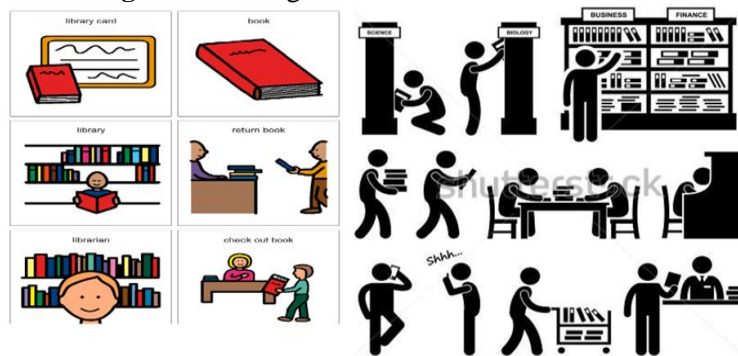
Para crianças e adolescentes com deficiência intelectual (DI), a BE pode contribuir para a autoestima e a melhoria na qualidade de vida deles, pois, por meio do conhecimento de suas necessidades e dificuldades, é possível, por exemplo, solucionar problemas simples de convivência com o uso de símbolos convencionais para

acesso aos locais e a informação propriamente dita.

A audiodescrição (narração em língua portuguesa integrada ao som original da obra audiovisual contendo as descrições de sons e elementos visuais para possibilitar melhor compreensão), o uso de softwares de comunicação como o *Daisy* (software de multimídia acessível permite a leitura de materiais em formatos acessíveis), por exemplo, além dos recursos de comunicação alternativa que os Pictogramas de comunicação (*Picture Communication Symbols – PCS*) como o *Boardmaker* pode oferecer para pessoas não oralizadas – também surdos e com autismo, por exemplo, pode auxiliar para a assimilação das informações por meio das imagens, facilitando a compreensão do que está sendo oferecido em termos informacionais (PESSOA, 2016)

De forma geral, imagens e pictogramas (Figura 2) podem auxiliar na sinalização e na identificação da biblioteca, contribuindo para o entendimento de outras deficiências além da intelectual, como a auditiva, ou qualquer outro caso que demonstre dificuldade na compreensão e na comunicação, por exemplo.

Figura 2 - Pictogramas no contexto da biblioteca



Fonte: Apostila da APAE São Paulo (PESSOA, 2016)

Aplicativos com dicionários em Libras para surdos, leitores de tela e ampliadores de texto são recursos que podem ser facilmente encontrados não só na internet como em softwares educativos que podem ser utilizados nos computadores disponíveis da biblioteca.

Crianças diagnosticadas com altas habilidades ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) também fazem parte das escolas e, por conseguinte podem ser usuários da BE. Para o aluno com altas

habilidades/super dotação, as estratégias de atendimento diferenciado visam um melhor desenvolvimento biopsicosociocultural, o que dependerá de sua participação na sociedade a qual faz parte, e na escola comum, e que poderá proporcionar-lhe um ambiente socializador com o seu convívio e interação com indivíduos com altas habilidades ou não, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e fundamentada pela Constituição Brasileira de 1988.

Programas para enriquecimento curricular tem se mostrado, pela literatura, eficazes quando se tratam de proporcionar atividades que estimulem a criatividade, o trabalho de pesquisa, e os desafios escolares, contribuem para atender “[...] a necessidade de se criar um ambiente educacional que acolha e estimule o potencial promissor de alunos com altas habilidades/superdotação” (FLEITH, 2007, p. 9).

As atividades programadas que permitem os estudos independentes, aprofundamento no campo de interesse de cada aluno com altas habilidades, pesquisas bibliográficas individuais ou em grupos, são proporcionadas pelo profissional da BE, para incentivar o aluno na integração psicossocial entre outros colegas, e para o seu potencial criador (SANTOS, 1988).

Um estudo de usuário mais específico pode auxiliar o bibliotecário escolar a descobrir (a compreender) as peculiaridades do estudante com TEA, (um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete a comunicação e a interação social do indivíduo, que apresenta, geralmente, comportamentos restritivos e repetitivos). O TEA apresenta diferentes graus em suas características, indo de quadros mais leves sem o comprometimento cognitivo e da fala, até quadros mais graves com comprometimento da fala, das relações interpessoais e da autonomia pessoal.

A partir desse estudo, o profissional pode traçar o perfil e direcionar serviços pontuais para que o estudante frequente e encontre na biblioteca um ambiente de aprendizagem e convívio. É importante lembrar que para esse usuário em específico, o estudante com TEA, mudanças no ambiente precisam ser bem estruturadas, e a sinalização visual é essencial devido às suas necessidades, pois, muitas pessoas com TEA processam o pensamento por imagens, sendo consideradas pensadoras visuais (GRANDIN, 1995).

Mas de nada adianta dispor de tecnologia, de profissional qualificado, de trabalho colaborativo, legislação ou conhecer propostas para a inclusão, se a atitude de incluir não existir em cada indivíduo, área e ou setor da sociedade. A disposição em praticar a empatia é o quesito inicial e final de toda mudança que deve haver na sociedade para a quebra de paradigmas e preconceitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compartilhar, conviver e acima de tudo respeitar é dever de cada cidadão que busca uma sociedade baseada em princípios de equidade. Mais importante do que conhecer e discutir motivos, dificuldades e possíveis justificativas pelas quais a biblioteca escolar passa, é preciso fazer por ela e proporcionar uma realidade melhor.

Compreendemos que prover uma BE inclusiva adequada e adaptada às diversas dificuldades dos alunos, é responsabilidade do sistema educacional e do bibliotecário com sua formação universitária para assumir com eficácia e eficiência as atribuições concedidas nesse âmbito, e garantir, do ponto de vista social, não somente um espaço para deficientes, mas para todos.

A literatura na Biblioteconomia e na Educação sobre a BE apresenta o contexto, mas pouco é tratado sobre o que pode de fato, ser feito ali. As áreas precisam buscar por meio de trabalhos colaborativos conforme citado ao longo do texto, aspectos e informações que completem suas práticas e atuações.

A inexistência da BE ou de profissionais formados em Biblioteconomia são carências que precisam ser cuidadas e não podem ser tratadas pelas políticas públicas e órgãos representativos como assuntos secundários, porque, tanto o local quanto o profissional são determinantes para oferecer produtos e serviços que auxiliem a formação e a construção do conhecimento. Mas em contrapartida, não podem ser justificativas para a falta de inclusão no ambiente informacional.

No ambiente escolar, o bibliotecário ou o responsável pela BE precisa estar ciente da importância do estudo de usuário no sentido de conhecer e oferecer o que é necessário para que o ambiente seja aproveitado em sua totalidade, pois, apenas oferecer a TA ou ter conhecimento sobre a legislação não basta. Mais do que pesem as leis e máquinas, a pessoa com deficiência precisa de atenção, serviço e oportunidade para se desenvolver cognitivamente e potencializar suas habilidades, independentes de suas limitações.

A deficiência é um assunto que trata da vulnerabilidade do sujeito e por ser complexo não pode ser ignorado em qualquer que seja a área, setor ou campo da sociedade. É preciso que as práticas inclusivas se tornem realidade

e que as crianças e adolescente encontrem espaços para aprendizado e convivência, no sentido de serem (e não só fazerem) parte da sociedade. Envolver a comunidade escolar na responsabilidade de incluir é dever de toda escola e biblioteca que preze a equidade, perante o desafio de corresponder às necessidades de responder a uma população que apresenta comportamentos de risco ou vistos como alunos com necessidades educativas especiais, que requerem estratégias individualizadas.

O grande desafio das escolas, portanto, é o desenvolvimento de pedagogias centradas na criança que apresenta a sua subjetividade e a biblioteca em oferecer um atendimento de qualidade com recursos próprios e que atenda a população de maneira geral, além de ser um local apropriado para promover o respeito à diversidade e a construção de valores que permite surgir, como consequência dessas ações, a empatia, pois sem ela, a intolerância não nos permitirá olhar para a diferença do outro e aceitá-la sem violência.

THE SCHOOL LIBRARY IN THE CONTEXT OF INCLUSION: HOW TO OFFER AND EXPERIENCE INCLUSIVE EXPERIENCES IN THIS ENVIRONMENT

Abstract

Issues about the rights of people with disabilities have been discussed in education for a long time, however, the significance of school libraries in the framework of inclusion has been little addressed, besides the work of the librarian with a collaborative work with teachers of “inclusive” regular rooms. In this context, adapted and properly organized services in a school library can provide an environment of leisure, social interaction and the acquiring of diverse knowledge provided there are inclusive perspectives and public policies aimed at it. The essay deals with the inclusion of regular school students who use school libraries and, for this, theoretical aspects about this reality have been approached to contribute to the effective inclusion of these students in the informational environment. At the end, inclusive proposals are presented and it is expected a contribution to the understanding of the importance of training librarians in school libraries or any other informational environment that involves people with disabilities. It is aimed to provoke the interest of professional researchers working in the labor market on the subject so that they produce relevant information to their community, so that new studies provide offers of other experiences in special education and ideas of adaptations for the good use of pedagogical, technological and human resources. It is expected that research and adaptations can be offered to people with disabilities in all kinds of library and that they are contemplated in the educational curriculum of each school demonstrating a collaborative work between the librarian and disabled or non-disabled users throughout the library space.

Keywords: School library. Inclusion. Special education

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 4.084/1962, de 30 de Junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 Jul. 1962. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CARVALHO, R.M.B.T. **Biblioteca escolar inclusiva e leitura para todos**. 2016. 192f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares) - Universidade Aberta, Lisboa. Disponível em:<
https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6401/1/MGIBE_RuiTavaresCarvalho.pdf> Acesso em: 10 jun. 2018.

CONEGLIAN, A.L.O.; CASARIN, H.C.S. Deficientes como usuários de informação. IN: CASARIN, H.C.S. (Org.) **Estudos de**

- usuário da informação.** Brasília: Thesaurus, 2014. p. 220-254.
- CONEGLIAN, A. L. O.; SILVA, H. C. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7; 2006, Marília (SP). Disponível em: <<http://portalppgci.marilia.unesp.br/viewabstract.php?id=305>> Acesso em: 02 jun.2018.
- CONTAIFER, J.; RUSKY, R. Colocando-se no lugar do outro. **Revista Correio Braziliense**, 01/01/2017. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2017/01/01/interna_revista_correio,562973/o-que-e-empatia-e-como-ela-e-colocada-em-pratica-no-brasil-e-no-mundo.shtml> Acesso em: 30 maio 2018.
- DAMIANI, M.F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar**, Curitiba, n.13, p.213-230, 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a13>> Acesso em: 30 maio de 2018.
- ESPANHA. Ministerio de Educacion y Ciencia de La Espanã. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. **Conferencia Mundial sobre Necesidades Educativas Especiales: Acceso y calidad.** España: Salamanca, 1994. 49 p.
- EVANS, G.E. **Developing library and information center collection.** 4.ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES. **Manifesto da IFLA e UNESCO sobre bibliotecas públicas.** 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>> Acesso em: 10 maio 2018.
- FLEITH, D.S. (Org.) **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação:** atividades de estimulação de alunos. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de educação Especial, 2007. V.2. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004651.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2018.
- GRANDIN, T. **Thinking in pictures.** New York: Doubleday, 1995.
- HOGVEEN, J.; INZLICHT, M.; OBHI, S.S. Power changes how the brain responds to others. **Journal of Experimental Psychology: General**, v.143, n.2, p.755-762, 2014. Disponível em: <https://www.oveo.org/fichiers/power-changes-how-the-brain-responds-to-others.pdf>> Acesso em 17 jun. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação básica 2016:** notas estatísticas. *Fev. 2017.* Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> Acesso em: 10 jun. 2018.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS (IFLA). **Manifesto IFLA para biblioteca escolar.** Tradução: Neusa Dias de Macedo. 1999. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>> Acesso em: 29 maio 2018.
- KRZNARIC, R. **O poder da empatia:** a arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- MACHADO, A. C.; ALMEIDA, M. A. Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 27, n. 84, p. 344-351, 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300004> . Acesso em 30 maio 2018.
- MANZINI, E.J. Considerações teóricas sobre acessibilidade: da definição às concepções atuais. IN: MANZINI, E.J.; CORREA, P.M. **Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior.** São Carlos:

- Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. P.17-27.
- MARCOLINO, M.A.R.; CASTRO FILHO, C.M. Biblioteca escolar e os usuários especiais: o profissional da informação frente ao desafio da inclusão. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 2, n. 8., p.9-25, jul./dez/2014. Disponível em:<
<https://periodicos.furg.br/biblos/article/viewFile/4216/3305>> Acesso em: 02 jun. 2018.
- PESSOA, M. **Acessibilidade de deficientes intelectuais na biblioteca**. Apostila APAE de São Paulo. 2016. Disponível em:<
<https://bibliotecaviva.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Acessibilidade-de-deficientes-intelectuais-na-biblioteca-3.pdf>> Acesso em 10 jun. 2018.
- PERES, L.C.; SILVEIRA, M.I. Seleção, aquisição e descarte de materiais de informação para bibliotecas escolares: uma sugestão coerente com a atual realidade escolar. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.3, n.3, p. 125-132, 1998. Disponível em:<
<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/333/395>> Acesso em 02 jun. 2018.
- PEREZ, L. C. A. "02 de Abril: Dia Internacional do Livro Infantil"; **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-internacional-do-livro-infantil.htm>>. Acesso em 30 maio 2018.
- PIRES, H.F.M.A. **Contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva**. 2013. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Escola Superior de Educação Almeida Garret. Lisboa. Disponível em:<
<http://recil.ulufona.pt/bitstream/handle/10437/4028/O%20Contributo%20da%20Biblioteca%20Escolar%20Para%20o%20Refor%C3%A7o%20da%20Escola%20Inclusiva%20.pdf?sequence=1>> Acesso em: 02 jun. 2018.
- RIZZI, I.R.F. As cinco leis da Biblioteconomia no Brasil. IN: LUCAS, E.R.O.; CORREA, E.C.D.; EGGERT-STEINDEL G. (Orgs.) **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia**: reflexões e desafios. São Paulo: FEBAB, 2016. p.30-42.
- ROMA, I.A.A.; CAVALCANTE, L.F.B. Acessibilidade nas bibliotecas escolares estaduais de Londrina. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 1, p.167-186, jan./abr. 2018. Disponível em:<
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/641/993>> Acesso em: 02 jun. 2018.
- SÁ, E. D. de. Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania. **Inclusão**: Revista da educação especial, v.2, n.2, agosto 2006.
- SANTOS, O. de B. (Org.). **Superdotados. Quem são? Onde estão?** São Paulo: Pioneira, 1988.
- SILVA, R.J. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. IN: SOUZA, R.J. (Org.) **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 115-135.
- SILVEIRA, L.; FIORAVANTE, R.; VITORINO, E.V. Formação e desenvolvimento de coleções: proposta para biblioteca escolar de acordo com a pedagogia Waldorf. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.14, n.1, p.86-103, jan./jun., 2009. Disponível em:<
<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/663/731>> Acesso em: 29 maio de 2018.
- VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989
- WELLICHAN, D.S.P.; MANZINI, E.J. **Tecnologia assistiva em bibliotecas públicas: importância, contribuição e responsabilidade**. 2018. 17f. (no prelo)
- WELLICHAN, D.S.P.; FALEIRO, R.M.C. **A importância e a contribuição da biblioteca no ambiente escolar**. Pedagogia, 02/02/2017. Disponível em:<
<http://www.pedagogia.com.br/artigos/biblioteca/caescolar/>> Acesso em: 30 maio 2018.
- WELLICHAN, D.S. P. A biblioteca universitária como espaço de ensino e aprendizagem no ensino superior: relato de experiência da Semana do Livro e da

Biblioteca em instituição particular de ensino superior. **Bibliotecas Universitárias:** pesquisas, experiências e perspectivas, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-58, jan. /jun. 2017.

Disponível em:<
[https://seer.ufmg.br/index.php/revistarbu/artic
le/view/8088/pdf](https://seer.ufmg.br/index.php/revistarbu/artic
le/view/8088/pdf) > Acesso em: 03 jun. 2018